

ENTREVISTA COM DOUGLAS SANTOS

Geógrafo e professor da PUC São Paulo; autor de livros didáticos e sobre o pensamento geográfico

Jones Dari Goettert
Elias Coimbra
Karoline Batista Golçalves

E-L: Fale um pouco de sua formação e de seu início como estudante e militante político no contexto da geografia e do Estado brasileiro.

DS: Uma junção de fatores acabaram relacionando minha vida pessoal com a conjuntura do país, nos anos 70. Em 1973, comecei a fazer o curso de sociologia da Fundação Escola de Sociologia Política em São Paulo. Nesse período, a Fundação era considerada um dos poucos centros de discussão política fora do controle da Ditadura Militar. Isso foi uma experiência interessante por dois aspectos. Primeiro, porque me permitiu, saindo de uma cidade do interior, no caso Campinas, construir um conjunto de relações mais amplo do que eu tinha; relações com outros partidos e outras formas de organização política que iam, da esquerda da igreja católica até o partido comunista, além de algumas dissidências do que, no período dos anos 70 ou, desde os anos 60, vão construir alguns dos grupos guerrilheiros no Brasil.

No final de 73 abandonei o curso. Tinha que resolver questões mais práticas: de sobrevivência, de trabalho, do filho que estava chegando (que nasceu em maio de 74) e da militância política. Então, essa militância vai mudar de rumo; vai para a periferia de São Paulo, onde vou trabalhar com o movimento popular. Em 1976, aproximadamente, acabo me unindo a um grupo chamado Movimento pela Emancipação do Proletariado, o MEP, uma organização clandestina de esquerda. Nesse contexto recebo a missão de voltar a ser um estudante! Em 1977 nasceu meu segundo filho e fiz vestibular para a USP. Em 1978 entrei na geografia da USP, a quarta opção entre as oferecidas pelo sistema de vestibulares daquela Universidade. A princípio, vale lembrar, não me senti muito confortável

com o resultado, mas, o desejo de voltar aos estudos e as tarefas propostas pelo MEP tornaram meus primeiros meses de estudante um fardo não muito pesado a se carregar.

O objetivo de minha militância era colaborar no processo de reorganização das forças estudantis vinculadas ao MEP, especialmente no curso de geografia. Depois de muitas dificuldades iniciais passamos (o plural aqui não é magestático, pois, afinal, éramos um grupo) a defender a necessidade de nos legitimarmos frente a todos os estudantes e não só aos de esquerda. Para tanto, entendemos que nossa presença em sala de aula era prioritária, bem como o domínio e a crítica aos conteúdos ministrados pelos professores. Da mesma maneira que tínhamos como pressuposto que nossos militantes operários deveriam ser aqueles com maior capacitação técnica, a militância estudantil também deveria cobrar, em paralelo e complementar a ação política, de todos a capacitação no interior da disciplina que cursavam. Isso mobilizou alguns dos estudantes que estavam, na época, na USP (na geografia, na geologia, letras, jornalismo etc.) a aprofundar as discussões sobre as quais queríamos nos especializar. O que conta nessa história é que ela está muito vinculada à minha vida pessoal: essas opções, a política... a minha relação com a família. Acho que, no final das contas, acabei estando na hora certa no lugar certo

O primeiro passo ocorreu quando soubemos da existência da União Paulista dos Estudantes de Geografia. Participamos (não estive lá pessoalmente), enquanto estudantes da USP, da redefinição do papel político dessa entidade a partir de seu congresso, no ano de 1978, em Presidente Prudente (SP). Foi nesse processo que conhecemos Rui Moreira e Armen Mamigonian, além de Beatriz Pontes e outros que iriam se destacar nos anos seguintes, tanto na militância política quanto nas discussões epistemológicas. Neste congresso disputamos a direção daquela entidade e, posteriormente, em seu nome, construímos a revista *Território Livre*, a primeira revista estudantil a introduzir novas formas de ver e praticar geografia.

Esse foi um momento extremamente importante para nós; desdobrou-se no congresso de geógrafos de Fortaleza, em 1978, e, logo depois, no primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Geografia, que aconteceu em dezembro de 79, em Goiânia. Nesses encontros nos organizamos, enquanto estudantes, para interferir nos rumos da AGB. Essa participação e envolvimento nos processos de organização dos estudantes, assim como

a participação nas entidades, encontravam-se atrelados à reconstrução do discurso geográfico brasileiro. Queríamos dialogar com pessoas que, para nós, representavam uma releitura da geografia. Esta releitura da ciência não ficava em separado da crítica a um grande número de professores que considerávamos reacionários ou pessoas que, de alguma forma, tinham vínculos diretos ou indiretos, com o estado de coisas da época. Em resumo, meu primeiros anos de geografia tomou o formato da militância política que associava a agitação com a produção intelectual.

E-L: Dá para dizer que, no final da década de 70, principalmente, com todo o movimento do qual você disse fazer parte, acabou sendo construído um “ambiente de guerra” dentro da universidade? Quando você olha para aquele momento, hoje, os conservadores e reacionários eram mesmo conservadores e reacionários e, por outro lado, os progressistas ou revolucionários eram mesmo progressistas ou revolucionários?

DS: [risos] Era um ambiente de guerra dentro e fora da universidade. Porque se nos deixássemos cair nas mãos dos aparelhos de repressão poderíamos ser torturados e mortos. Era um ambiente de guerra porque aquilo era uma guerra! E, dentro de uma guerra, não existe a possibilidade de medias-posições. Você tem a condição de parar para refletir e ver as mediações quando a guerra acaba. Ai você vai fazer uma análise dos resultados, contar os mortos e feridos e ver o que vai acontecer depois. Eu me lembro de pessoas que tentaram participar do centro acadêmico de geografia da USP e que, anos depois, numa reportagem da revista *Veja*, vi suas fotos e declarações se auto-identificando como “cachorros”. Que era o quê? Eram pessoas que, a serviço da polícia, tentavam fazer parte do centro acadêmico e nos denunciar; colocar a nossa segurança, a nossa vida em jogo. Isso ocorria em todas as instâncias e lugares.

Nunca foi provado, mas sobre alguns professores, durante anos, pesou a desconfiança de que seriam delatores. Lembro-me, ainda, do penúltimo concurso realizado pelo dpto. de geografia de que participou aquele que é, hoje, um dos principais interlocutores das questões agrárias em nosso país: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Quando, ao final do processo, soubemos que um dos membros da banca deixara pública sua posição de que, enquanto estivesse vivo, não deixaria “um comunista ser professor do dpto”, fica evidente o clima de guerra que se vivia.

E-L: Você já entra marxista na universidade. Como que esse marxismo, que já estava em você antes da universidade, foi tomando densidade, outra forma no interior da universidade e, especialmente, no curso de geografia?

DS: Bom... isso tem um percurso e esse percurso chama-se: estudar. Na época de estudante, eu estava lendo um texto do Lênin, dos chamados *Cadernos Filosóficos*, e ali ele faz uma avaliação do livro *O Capital*, do Marx. Lênin afirma que (obviamente que numa citação livre): *quem nunca leu Hegel, jamais poderá compreender, principalmente, o primeiro capítulo do Capital e as proposições que ali são feitas com o objetivo de reconstruir os conceitos de valor*. Tentei seguir os conselhos de Lenin, mas os primeiros resultados não passaram de uma profunda sensação de analfabetismo. O outro lado desse processo envolve a própria geografia e o fato de se permanecer no campo do pensamento marxista envolver uma opção de caráter ontológico. Tendo como ponto de partida o fato de toda a tradição da geografia estar muito vinculada à materialidade e que tal condição carrega armadilhas epistemológicas extremamente perigosas, principalmente no que se refere ao empiricismo mais brutal e frágil e à ausência de uma construção teórica mais consolidada, que hoje se expressa em algumas correntes da geografia, como é o caso, a meu ver, da Fenomenologia.

Construir um conhecimento para além da própria existência real – como diria o Ruy Moreira: *do homem concreto* – é uma fragilidade imensa. Então, a geografia, na sua tradição, na sua milenaridade, nos fundamentos que levaram à construção desse tipo de conhecimento – vamos dizer –, ela inspira uma discussão ‘carnal’, importante na relação com a humanidade e com relação à nossa própria existência como seres-humanos. Mais do que isso! Ela permite uma avaliação das linguagens e das ordens lógicas, portanto, da construção do pensamento.

E-L: Professor, o que você acha da Teoria Crítica incorporar a questão da subjetividade?

DS: Olha, não existe nenhum campo do conhecimento, nenhuma teoria que não incorpore o subjetivo. Quando você nega isso como recurso você está escondendo o fato de que está exacerbando o subjetivismo; esse é mais um problema que uma solução. Não existe nenhuma teoria que, objetivamente, retire a subjetividade da discussão. Então, é como você

imaginar, por exemplo, que a discussão sobre a cultura só vai aparecer na geografia que se auto denomina de cultural! Do mesmo jeito que você imaginar que as discussões econômicas só aparecem na geografia que se auto denomina de marxista, ou que as discussões de gênero, por exemplo, e de identidade étnica só vão aparecer com o estruturalismo. Nada disso é verdadeiro! Essas discussões da geografia são milenares, mas são abordadas de formas diferentes por ideologias diferentes.

E-L: E qual é a releitura que o Douglas Santos faz do marxismo dos últimos 30 anos? Da entrada na universidade, dos primeiros embates até a primeira década do século XXI?

DS: O pensamento marxista amadureceu muito, porque ele voltou ao seu ‘caldal’. Aquilo que deve ser. Ele deixou de ser uma ideologia de Estado. Ideologia de Estado como no pensamento hegeliano; o Marx não faz ideologia de Estado! Agora, em nome do Marx se fez muita coisa. Então, acho que nós amadurecemos. O marxismo, de uma maneira geral, amadureceu; com o fim da União Soviética e com a derrubada o muro de Berlim – para que a gente estabeleça uma noção geográfica mais evidente, que é essa noção de fronteira e localização. Quando você desmonta uma fronteira, você desmonta um projeto ideológico. Retomamos, portanto, a necessidade da reflexão, a necessidade da intervenção social. Mas não, necessariamente, que isso nos transforme funcionários de Estado.

E-L: Nessa direção, como poderíamos pensar o papel do estudante? Como você vê os estudantes hoje? Principalmente nas tuas aulas, nas tuas discussões. Quais as possibilidades e distanciamentos daquele Douglas Santos, estudante da graduação de geografia na USP, e os alunos do Douglas Santos, hoje, na PUC de São Paulo?

DS: Felizmente não são iguais! Porque seria um certo tipo de esquizofrenia alguém querer viver hoje o que era a realidade do Brasil naquela época! Por outro lado, isso não significa que os estudantes do dpto de geografia da PUC-SP não estejam construindo uma história dentro do movimento estudantil.

Mas não podemos viver da melancolia imaginando que melhor mesmo era o passado... que “minha” geração é que foi boa! O fato de minha geração ter vivido a maldição de uma ditadura, de maneira alguma torna aquele período mais interessante que o atual. Nós não lutamos para que

as pessoas continuassem vivendo as mesmas coisas. O que por vezes me chama a atenção é que alguns estudantes fazem hoje um discurso muito parecido com o que fazíamos nos anos 60 e 70; o que dá uma sensação de anacronismo.

E-L: Os estudantes nas décadas de 60 e 70 tinham uma militância muito importante em função da reação à ditadura. E os estudantes das décadas de 80 e 90, com o fim da ditadura, empobreceram a militância. É possível fazer essa avaliação?

DS: Não! Acho que não é possível. O que é possível é a gente dizer que na década de 70 a realidade era uma, nos anos 60 outra e nas últimas 3 décadas estamos construindo ainda outra. Sem melancolia! Os próprios alunos muitas vezes fazem isso, porque quando contamos essas histórias da militância eles nos olham como se fossemos heróis de alguma história perdida. Mas isso é uma fragilidade. O mundo a ser vivido é aquele que existe de fato. Perdoem-me a obviedade...

E-L: Que forma de ação você proporia para o movimento estudantil hoje?

DS: Estudar! Muito! Eu me lembro que um ministro da educação, chamado Jarbas Passarinho, na época da Ditadura, disse que o papel dos estudantes é estudar. E nós morríamos de raiva dele, porque, na verdade, o que ele queria dizer é que a gente não deveria militar politicamente. Mas a militância política do intelectual é a produção intelectual. A mais séria, a mais profunda que ele pode realizar. Não é uma farsa. O estudante universitário tem que estudar e muito! Porque ele tem de colocar, no confronto do conhecimento, aquilo que está acontecendo dentro da sala de aula, aquilo que está acontecendo na universidade e na sociedade como um todo. *Melhores condições de ensino* – isso é uma reivindicação vazia se não soubermos o que tal consigna significa na prática! Como um conceito preliminar proporia que *melhores condições de ensino* é nos dispormos a viver no limite a contradição em que estamos inseridos. Temos de levar ao limite a nossa própria superação e isso implica reconhecer as nossas deficiências, reconhecer que temos de estudar.

E-L: Como compara a geografia que está sendo praticada aqui no Brasil com a de outros países, em especial na América Latina?

DS: O Brasil é um dos países com maior nível de concentração e qualidade nas discussões geográficas, hoje. Ele reúne a qualificação dos seus profissionais com uma espécie de movimento de caráter de massa. Ter encontros como os da AGB, que reúnem em torno de 5 mil pessoas é um fenômeno desconhecido em outros países.

Tudo isso vai dar um tom muito especial à geografia brasileira. Diferente, por exemplo, do que vi na Argentina ou do trabalho que eu faço no Uruguai, ou mesmo em Moçambique.

E-L: Quais seriam os principais desafios para a geografia brasileira atualmente?

DS: [risos] Precisamos, em primeiro lugar, superar essa nossa “filhotismo” em relação ao poder de Estado. O Estado não pode dizer o que é a geografia! O Estado não pode estabelecer quais seriam os fundamentos da pesquisa geográfica. O Estado não sabe geografia! Os geógrafos e suas formas de organização é que devem vir a público dizer o que é a geografia

E-L: Você disse que o Estado não sabe fazer geografia. Como você estabelecerá uma relação entre essa afirmação ao mesmo tempo em que vemos o Estado ser o protagonista da geografia, na modernidade?

DS: Vale considerar que estamos usando a mesma expressão para indicarmos coisas muito diferentes. Quando afirmo que o Estado não pode dizer o que é a geografia estou me referindo às determinações oficiais que, de uma maneira ou de outra, procuram definir o estatuto epistemológico de nossa disciplina. Por outro lado, assim como cada um dos indivíduos de uma sociedade ou as instituições que ela cria, o Estado também é protagonista na produção da ordenação tópica que dá sentido e urdidura à sua territorialidade, isto é, ele participa ativamente da produção da geograficidade do mundo. Isso, no entanto, não significa que devemos abrir mão do que nos cabe, isto é, dizer como, para quem e com que ferramentas se produz o discurso geográfico.

Um segundo aspecto é que produção do conhecimento, seja pela arte, pelos meios de comunicação, pela pesquisa científica, pode e deve contar com políticas de financiamento e apoio por parte do Estado, mas não podemos ser cooptados em prol das necessidades deste ou daquele governo, independentemente de seu matiz ideológico. Não podemos nos tornar funcionários! Se nos tornamos funcionários, perdemos a capacidade de responder às perguntas que a sociedade faz.

E-L: Douglas, é possível pensar no conhecimento sobre práticas sociais, ao mesmo tempo culturais, dessa americanidade diversa, plural, não necessariamente um contraponto, mas como uma trajetória diferenciada de um conhecimento dado por uma razão eurocêntrica, cientificista, civilizadora?

DS: Acho que não!

E-L: Por que não?

DS: Não é possível porque em todos os lugares que existam outras práticas sociais, culturais e materiais, ocorre um choque entre estas e a estrutura de Estado. Não se tem ainda um diálogo que se consolide e amadureça, para que sociedade e Estado possam se superar e nem me parece que isso será um dia possível. É nessa medida que acho muito difícil que a nossa construção seja uma construção sulista. A nossa construção ainda é a construção do Estado Nacional, isto é, ainda é uma construção do modelo europeu. E depois o modelo americano e daqui a pouco vai virar o modelo chinês, que é na verdade o mesmo modelo: o modelo da produtividade e da circulação rápida de mercadorias, da exploração do excedente de trabalho, da mais-valia e da acumulação de capital! Esse modelo não está superado e, nessa linha, é desse modelo que estamos falando. Não há modelo sulista ou nortista.

Hoje o que se busca não é a eliminação do outro, mas obrigar o outro a te aceitar dentro deste grande banquete: que é o processo geral de produção e consumo do capitalismo. Hoje, esse projeto se torna ubíquo! Não existe terra emersa – fora a Antártida – que não esteja sob controle do Estado Nacional, como forma de identidade e representação. E não existe nenhuma forma de trabalho acumulativo presente em todo o mundo que não seja o assalariado. Mais de 50% da população mundial vive em cidades. O modelo de acumulação capitalista é um modelo que *ainda* se realiza!

E-L: Para além do capitalismo, ou para quem?

DS: Para além do capitalismo é fácil! Os clássicos já falavam dessa questão, dessa ambivalência do socialismo e barbárie. Mas não estamos nos encaminhando para a barbárie. O capitalismo tem uma capacidade de sobrevivência que o séc. XIX não imaginou. Se as discussões do

Marx, que apontam para a superação das questões de nacionalidade e a dimensão classista da sociedade, a existência do G-8, do G-20 é a própria realização deste prenúncio. Alguns aspectos do que ele entendia que deveria ser o socialismo, virou mecanismo de sobrevivência do próprio capitalismo; uma teoria para o capitalismo.

A sociedade capitalista tende a construir seus mecanismos de defesa. E são esses mecanismos que levam um negro a presidência dos Estados Unidos. Isso era inimaginável há não mais que 50 anos, da mesma maneira que um líder sindical seria inimaginável como presidente do Brasil. Mas acontece que é um líder sindical – segundo Fernando Henrique Cardoso, analfabeto; segundo Caetano Veloso, analfabeto – que transforma o Brasil num dos países capitalistas mais importantes do mundo. E o capitalismo vai sobreviver; tudo aponta para isso.

Não é um capitalismo como no séc. XIX – porque muitas vezes você olha lá e vê um chefe tribal tomando conta de uma agricultura de exportação e a população passando fome – não é esse o projeto do capitalismo. O projeto do capitalismo é todo mundo ter sua televisão dentro de casa. Para que serve você pertencer a uma sociedade capitalista se você não é capaz de consumir e não está a disposição de ter apropriada sua mais-valia? O capitalismo não é um ser maldoso que fica por fora das coisas sorrindo ao ver a miséria das pessoas. Às vezes ele até joga comida de pára-quedas...

EL: Como você compreende, especialmente na tua relação com Moçambique, a construção do Brasil em relação a África e da África em relação ao Brasil?

DS: O Brasil é um sonho de consumo para o africano subsaariano. Eles não conseguem compreender como é que uma colônia portuguesa – no caso dos moçambicanos – chegou a esse nível de desenvolvimento: emprego, urbanização, capacidade produtiva.... Perguntam-me sempre: *como é que vocês conseguiram?* O que o Brasil está fazendo é disputar com a China a hegemonia da África. A Petrobrás e a Vale do Rio Doce, atualmente a principal empresa de Moçambique. Empréstimos e investimentos que o governo Lula está fazendo em países da África visam fortalecer a presença econômica do Brasil na região, principalmente nos países de língua portuguesa.

E-L: Como você vê a obrigatoriedade do ensino da história da África, das culturas africanas, na escola, no Brasil?

DS: A discussão sobre a África na escola brasileira vem carregada da luta anti-racista – mesmo que a gente considere que existem muitos racismos no Brasil e que nem todo racismo envolve o negro. Vale lembrar que temos muitas identidades étnicas que se conflituam. O que nos falta é compreendermos o significado de humanidade já proposto no século XIX e o racismo é somente um dos aspectos culturais que justifica nossos “estilhaçamentos”. Por outro lado devemos considerar como extremamente importante discutir o continente africano na escola brasileira. Isso, no entanto, não pode nos eximir de discutir igualmente o continente asiático. No mínimo porque, tanto na Ásia quanto na África está cheio de gente interessante. E onde tem gente, é importante se observar como vivem, para que possamos aprender aquilo que temos em comum e o que temos de diferente.

E-L: Quais foram os textos e os pensadores fundamentais na tua formação?

DS: Fora da geografia, o Hegel e o Marx. Dentro da geografia, acho que meu primeiro momento de uma reflexão que teve importância muito grande para mim foram Ruy Moreira, Yves Lacoste e Milton Santos. Com discussões geográficas, não feitas por geógrafos, livros que me chamam a atenção e me vêm na cabeça agora, de uma forma muito imediata, vão desde “Tudo que é sólido desmancha no ar”, do Marshall Berman. O Fernando Pessoa fica na minha imaginação. Bom, o Faulkner, de alguma maneira, apesar da chatice dele, aquele sul dos Estados Unidos, que fica mordendo e mordendo. E, na minha infância, acho que Monteiro Lobato foi meu grande ponto de partida. Bom, não sei, não saberia te dizer. É uma coisa que vai empastelando na minha cabeça.

E-L: Seria possível pensar a ciência – a própria filosofia – como uma leitura mais árida, enquanto que a literatura como uma leitura, eu não diria mais prazerosa apenas, mas, ao mesmo tempo profunda e – digamos – com uma preocupação de imaginações espaciais diferenciadas? Isso influenciando tua própria trajetória como intelectual.

DS: A literatura traz uma dimensão da estética. E, a partir da dimensão estética a construção de uma ética. A construção do humano própria-

mente dito. A literatura traz as mazelas e as dores, as alegrias e os prazeres humanos, numa reflexão que te permite a paixão. Beber num diálogo muito interessante, com os chamados segmentos áridos, da ciência e da filosofia etc, para que eles tornem-se essa paixão. Então, uma coisa sem a outra, não existe. Todos devemos oferecer aos nossos jovens e às nossas crianças, a possibilidade da imaginação, a possibilidade de olhar o mundo sob diferentes focos ou perspectivas.

Num esforço de construção do humano distante de modelos que direta ou indiretamente se aproximem dos meus próprios valores, mas nas suas infinitas possibilidades. Acho que é essa a experiência que a literatura nos faz buscar.

E-L: Douglas, estamos numa região de fronteira: Dourados. Para você, é possível pensar uma produção geográfica em acordo com uma certa condição fronteira e se ela pode vir a contribuir para pensar outras formas de ler o mundo geograficamente?

DS: Sim, sem dúvida! Todos nós vivemos em situações fronteiriças. A fronteira, na verdade, é a identidade territorial da diferença. Quando você fala de fronteira, está falando de fronteira de Estado e o seu foco, no caso, é a relação entre o Paraguai e os brasileiros! O que me parece interessante é que, se o reconhecimento da diferença for a condição de enriquecimento do próprio discurso, é possível imaginar que o debate, por exemplo, sobre a identidade do paraguaio, deve ser feito a partir do debate com os próprios paraguaios. O debate com o diferente, deve reconhecer como o “diferente” vê a si próprio. Se considerarmos que, normalmente, quando queremos fazer a leitura do outro tendemos a eliminá-lo do próprio diagnóstico entendendo como possível fazer uma geografia da diferença que faça sentido e tenha um papel importante na construção do discurso geográfico brasileiro.